



Relações pertinentes entre as políticas educacionais brasileiras na atualidade e as políticas econômicas neoliberais

Cícera Cíntia Morais Pinheiro¹; Maria de Fátima Teixeira Lima²

Resumo: O presente artigo aborda a temática em relação a pertinência entre a política educacional brasileira e o neoliberalismo, tendo em vista as leituras comparativas feitas pelas autoras aferindo, confrontando e assemelhando as concepções pró e divergentes defendidas nos textos. Objetiva-se refletir as políticas educacionais e suas intencionalidades no âmbito escolar e na vida social em parceria com os pares evidenciado o modelo neoliberal e possíveis ações transformadoras na prática educacional. O cenário da Educação brasileira sempre foi um caso a se refletir, em especial, se o que está na teoria tão presente nas universidades, também se encontra na prática das escolas. Portanto o referido artigo possibilita refletir sobre o processo mais ampliado do sistema econômico neoliberal, viabilizando compreender os modelos adotados de políticas públicas educacionais vigentes no Brasil de forma mais rigorosa, permitindo a capacidade de avaliar suas relevâncias, bem como, suas insignificâncias, atendendo apenas aos caprichos do capital.

Palavras-chave: Política Pública, neoliberalismo, escola e exclusão.

Relevant relations between Brazilian educational policies nowadays and neoliberal economic policies

Abstract: This article deals with the theme regarding the relevance between the Brazilian educational policy and neoliberalism in view of the comparative readings made by the authors assessing, confronting and resembling the pro and divergent conceptions defended in the texts. The objective is to reflect the educational policies and their intentionalities in school and social life in partnership with peers, evidencing the neoliberal model and possible transformative actions in educational practice. The scenario of Brazilian Education has always been a case to reflect, especially if what is in the theory so present in universities, is also found in the practice of schools. Therefore, this article allows us to reflect on the broader process of the neoliberal economic system, making it possible to understand the adopted models of educational public policies in force in Brazil, allowing the ability to evaluate their relevance as well as their insignificance, taking into account only the whims of capital.

Keywords: Public Policy, neoliberalism, school and exclusion.

Introdução

O presente artigo objetiva realizar uma reflexão dos textos “Política Educacional, emprego e exclusão social” e “Educação em tempos de exclusão” dos autores Mauro Del Pino e Miguel Arroyo, evidenciando as principais ideias do modelo econômico neoliberal e suas

¹ Especialização em Educação Especial - Formação Continuada de Professores para o Atendimento e pela Universidade Federal do Ceará, Brasil. Professora Especialista da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte, Brasil;

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Atenas. petecajua@gmail.com.

interferências na geração de trabalho, na elaboração das políticas públicas educacionais e as possibilidades de alternativas transformadoras para a educação.

O autor enfatiza os problemas trazidos com o capitalismo:

Experimentamos no século XXI o gosto amargo do sistema econômico capitalista que foi implantando a partir do século XVIII e que vem se mantendo até os tempos atuais apresentando-se com novas denominações e características, embora não esconda seus objetivos principais pautados na produção-lucro-controle (PINO, 1997, p.68).

Analisa-se o século XX com suas contradições advindas da produção do capital, por acreditar e adotar o modelo econômico neoliberal, que coloca o conhecimento científico atrelado a produção de riquezas, desprezando o ser, em detrimento do ter. Nesse contexto, sente-se bem próximo, segundo o autor os “[...] efeitos catastróficos para os recursos naturais e o meio ambiente” (PINO, 2000, p.65), retira-se além do necessário para construir o patrimônio que garantirá o status social, defendido no discurso neoliberal, que desrespeita a natureza e a vida econômica das pessoas.

O padrão econômico, social e educacional adotado pelo neoliberalismo, apresenta antagonismos nos indicadores sociais, assegurando um elevado índice de crescimento nas áreas tecnológicas e excluindo de forma brutal um crescente número de indivíduos do mercado de trabalho, clarificando que a ciência e a tecnologia não estão a serviço do bem estar das pessoas, mas da estruturação e manutenção do capital. Em razão das contradições, é perceptível que o tripé (ciência, capital e tecnologia) se distancia cotidianamente dos países desenvolvidos, esse conceito fica claro na fala do autor ao defender as não “evidências de superação da defasagem existente entre o mundo industrializado e os países dependentes” (PINO, 2000, p.66.), levando a percepção, que o modelo vigente tem se revelado regionalista, segregarista, guetizador e divide o planeta fundamentado no capital produzido.

Esse mesmo modelo econômico que apresenta avanços tecnológicos e científicos é o mesmo que desencadeia consequências desastrosas ao meio ambiente evidenciadas pelos desmatamentos, poluição hídrica e do ar, as mudanças climáticas, a exclusão social marcada pela má qualidade de vida e negação dos direitos básicos para a maioria da população. Essa má qualidade de vida permite ao Brasil ocupar 79º no IDH em 2016 (fonte: PNUD/ONU-2016). O acesso ao trabalho se torna mais restrito, levando um aumento no alto índice de desemprego. As estatísticas recentes do IBGE demonstram que no trimestre de Agosto a Outubro de 2017 o índice de desemprego no Brasil atingiu 12,2%, ou seja, mais de 12 milhões de pessoas desempregadas.

Sob o prisma da falsa ideologia da integração e da liberdade de comércio, a globalização elaborou discursos velados para os países com economias em desenvolvimento, submetendo-os a condição do outro, como única via para por fim ao arrocho financeiro, abrindo espaço para por as privatizações estatais, dividindo o sistema econômico, pondo de um lado o governo, do outro a hegemonia da extensa malha privada. Essa ação nos faz crer a sinuosa incapacidade do governo de realizar o atendimento universal de todos os cidadãos na rede pública, levando a rede privada ao crescimento exorbitante na última década com o apoio financeiro do Estado. As consequências causadas por essa suposta “integração” são destacadas por Pino ao afirmar que “[...] é o crescimento de desigualdades que passam a chamar cada vez mais a atenção pelas evidências de seu crescimento e resultados sociais” (2000, p.66).

Mediante o exposto sobre as políticas econômicas, surge o questionamento: qual a relação existente entre sistema econômico e as políticas educacionais? Pino destaca que apesar das mesmas apresentarem dinâmicas próprias, elas mantêm sintonia na medida em que os pressupostos educacionais são embasados pelas ideologias econômicas. Ou seja, a educação está ligada ao mundo econômico à medida que as diretrizes da educação estão voltadas para o crescimento econômico. Percebe-se isso nas reformas educacionais presentes ao longo da história.

Exemplificando essa relação, destaca-se a LDB 5.692/71, que mediante à uma recessão financeira do país, era urgente o aumento da produtividade e mão de obra qualificada. Nesse contexto a mesma assume um caráter profissionalizante, através do Art. 1º “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.” Na atualidade vivencia-se a Reforma do Ensino Médio (Lei 13415, 16/02/2016) e a implantação da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) alvos de críticas por vários especialistas e educadores por representarem um retrocesso na educação, uma vez que dá ênfase ao ensino profissionalizante.

Frigotto, em palestra “Reflexões sobre educação”, aponta a Reforma do Ensino Médio com ideais neoliberais, valorização do anacronismo na educação, imediatista, uma vez que oferece uma educação para o emprego, excluindo a possibilidade do ensino integrado, explorando as várias possibilidades do conhecimento e formação humana para os jovens. O mesmo a chamou como “o novo velhíssimo” por trazer na essência o ensino tecnicista e profissionalizante vindouros das décadas de 50-60-70.

Nessa relação dinâmica entre políticas econômicas e educacionais, percebe-se que os órgãos mundiais, como Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial, arautos do pensamento neoliberal, elenca uma sucessão de propósitos para os países dependentes, com condições definidas pelos financiadores de políticas públicas, em especial na área da educação, diferenciadas das condições estabelecidas para as economias desenvolvidas, com o mesmo modelo econômico.

Os sistemas educacionais dos países neoliberais desenham-se conforme os interesses e necessidades apresentadas pelo mundo do trabalho, preparando as classes hegemônicas para sua perpetuação no poder e a ampliação do capital, mesmo consciente que o “crescimento do capitalismo obscurece as consequências sociais, políticas, geopolíticas e ecológicas (PINO, 2000, p.67),” o modelo objetiva crescer independente da sua significância, atribuindo ao capital valor superior ao trabalho humano.

O capitalismo se materializa quando associado ao controle do trabalho, produção e mercado. Por essa razão, surgem forças antagônicas mescladas pelo capital e as classes sociais que aspiram ao controle do trabalho e melhores salários, no lado inverso, ambiciona também dispor da liderança dos trabalhadores, da produção e do mercado, nesse sentido o autor defende que “isto acontece não por princípio de mercado ou pela natureza da tecnologia, mas por razão de dominação e controle (PINO, 2000, p.68)”, dando evidências da magnitude das gerências das massas sociais, e o domínio das tecnologias, para preservar o poder do capital.

Este novo modelo, arraigado de instabilidade profissional, bem real no meio educacional, se caracteriza pelas transformações técnicas e organizacionais, considerando também “[...] o uso da percepção, dos sentidos, dos nervos e do cérebro do trabalhador no processo de trabalho” (PINO, 2000, p.68), voltando-se para o homem social, como forma de manter o controle da produção, estruturado de forma consciente e perversa, ambicionando aumentar a burguesia e acrescer o proletariado.

A exclusão social tem elevado catastroficamente os índices de violência no Brasil, preocupando os órgãos financiadores de políticas públicas, especialmente nas áreas educacionais e sociais, por essa razão, orienta os Estados na elaboração de estratégias que minimize “[...] um rebaixamento das condições de vida abaixo da sociabilidade que o processo civilizatório conseguiu até o momento (PINO, 2000, p.69). Diante da realidade exposta, o mercado flexibilizou o emprego formal, melhorando timidamente as condições de trabalho, mas o excesso de inovações pressiona o trabalhador, ocasionando uma diversidade de doenças ocupacionais. No meio educacional é palpável a demanda de profissionais amparados por

licenças e atestados médicos, gerando uma despesa exorbitante junto a previdência social, por consequência dos motivos mencionados.

A evolução salarial é outro aspecto relevante, vejamos a ótica defendida pelo teórico ao afirmar que “[...] não evolui com o crescimento da produtividade do trabalho, ao contrário as desigualdades se acentuam (PINO, 2000, p.71)”, não garantido o aumento as categorias capazes de manter o poder de compra e sentir-se participante do aquecimento da economia.

O pensamento neoliberal, estrutura o discurso econômico em torno do processo de globalização, avanços tecnológicos e acumulação financeira de capital, causando uma ciranda de dependência dos órgãos financiadores, bem como dos países desenvolvidos, como bem coloca o autor “[...] todos devem competir, só poucos devem ganhar, o desenvolvimento não é para todos” (PINO, 2000, p.72,)”, essa fala está presente no chão da escola, gerando competições desumanas, segregando grupos, e são convidados a entrar num jogo vislumbrando o placar final, a derrota.

As benesses financeiras são atreladas ao enquadramento do Estado ao modelo neoliberal, dentre eles cita-se: abdicação da moeda nacional, privatizações, acordos de dívidas e permanentes cortes orçamentários. Esses ajustes interferem diretamente na elaboração e execução das políticas públicas para a educação, ao reduzir minimamente o investimento, se eximindo do papel financiador, abrindo espaço para o sucateamento dos serviços educacionais oferecidos nas instituições públicas.

Os conceitos do universo empresarial vêm compor o discurso neoliberal para as políticas educacionais, inculcando nos profissionais ideologias como a “eficácia, produtividade e rendimento (PINO, 2000, p.73)”, privatizando sistemas públicos de avaliação e formação profissional, que de forma velada, vai compondo o discurso e a prática dos professores, tornando assim, propagadores das ideias capitalistas.

Esse formato de economia globalizada, concentrando a riqueza nas mãos de poucos e excluindo a grande massa, está fadada a falência no instante que a população usufruir da educação no seu sentido pleno, politizando-se e libertando-se do jugo do capital, através das escolhas políticas conscientes, viabilizando a possibilidade de boa vida social, através do trabalho, como descreve o autor. “superando a exploração, a flexibilização laboral, os salários para baixo e profunda instabilidade (PINO, 2000, p.75)”, esses ajustes econômicos perpassarão pela boa formação integral oferecida pela escola.

Parte da sociedade depende dos atos dos capitalistas, responsáveis por tornar as economias de países em desenvolvimento estagnadas ou mais pobres, gerando uma diversidade

de situações calamitosas, transgredindo fronteiras em busca de condições mínimas de sobrevivência. O discurso para conter as forças das massas é adequado conforme a necessidade e o conhecimento que dispõe, pois “pretende estagnar a forma de pensar e ver o mundo (PINO, 2000, p.75)”.

A educação no discurso neoliberal globalizado incube a educação básica pela formação, qualificação e requalificação profissional, como situa o autor “problemas postos pela globalização econômica, pela busca da qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural (PINO, 2000, p.76)”, o discurso elaborado posiciona a culpa no ombro do trabalhador e que não dispõe de conhecimento eficiente para se manter inserido no mercado de trabalho e coloca como única e viável alternativa o retorno aos bancos escolares.

A reforma educacional brasileira sofre forte influência do mercado de trabalho, minimizando questões relevantes como a formação profissional, se detendo a “mudanças técnicas e operacionais” (PINO, 2000, p.77), não considerando demandas de cunho político e social.

As legislações que amparam a reforma, de forma singular, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB foi permeada de embates de natureza política, econômica e social que se dedicaram a defesa da “educação pública, gratuita e de qualidade social” (PINO, 2000, p.77,). Para ter acesso ao repasse dos valores tomados de empréstimo, ao Estado é determinado tempo e modelo pré-determinado para executar, esses recursos na sua prevalência são vinculados a ações estabelecidas, não atendendo, diversas vezes, as necessidades reais da educação brasileira, elaborando políticas que chegam ao chão da escola sem primordialidade.

O ensino técnico, em vários governos, atendendo a necessidade do mercado de trabalho, é colocado como essencial e apresentado à sociedade como possibilidade de inserção do jovem no mundo econômico, utilizando formas autoritárias de impor suas regras. Essa modalidade de ensino recebe por parte dos governantes injeções de recursos, estrutura física e muito prestígio, chegando a “impulsionar o caráter capitalista da escola, de reprodução da divisão social do trabalho (PINO, 2000, p.78)”, dividindo o universo educacional em dois mundos, escola e trabalho, fica a critério do aluno realizar a melhor escolha.

A crise da falta de emprego não pode ser relegada apenas a má formação, e sua possibilidade de mudança ser atrelada unicamente a escola, o fardo fica demasiadamente pesado para a instituição dar conta. Outros vieses precisam ser postos nas discussões, bem como, “o lugar que a família do aluno ocupa na produção é o que acaba levando um determinado tipo de

escola (PINO, 2000, p.79)”, em alguns casos de baixa qualidade física, mobiliário e pedagógico, gerando uma falsa ilusão do emprego pós-conclusão do curso conquistado.

O discurso neoliberal divulga para os jovens de escola pública, que para garantir um lugar no mercado de trabalho, necessário se faz “adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis” (FRIGOTO, 1998 a, p.15), ou seja, as possibilidades foram pensadamente restringidas, criando na memória do filho do trabalhador a ideia de incompetência, quando o próprio sistema econômico hoje, não é capaz de amparar todos os jovens no mercado de trabalho, alguns ficarão de fora, não por incompetência, mas por falta de vaga.

Mediante as características de reestruturação do capital ocorrida a partir da década de 80, mencionadas no decorrer desse artigo, sob a visão de Pino (1997), o qual estabelece várias relações entre economia-trabalho-educação, marcadas pela política neoliberal e pela concorrência econômica global, competitividade, diversificação nas relações de trabalho, exploração do trabalhador, limitação do poder do Estado, etc. Tem na sua essência a busca pela produtividade, lucro e poder, em que segundo Pino (1997, p.73), “O que mobiliza o mercado é a busca do lucro, é a paixão pela riqueza.” e ainda reforçado pelo pensamento de Borón “O que reina em seu território é o lucro e não a justiça; o rendimento e não a equidade” (BORÓN, 1999 apud. PINO, 200, p.73).

As consequências desse modelo neoliberal, destrói qualquer possibilidade de igualdade e justiça social, produzindo situação de exclusão social, evidenciada no desemprego, negação de direitos sociais conquistados, corte em investimentos sociais, como saúde e educação etc. Esse quadro desumano desenhado pelo neoliberalismo causa indignação, uma vez que o mesmo necessita do sofrimento do outro para se manter no poder. Ferraro (2004/2007, p.6) demonstra essa indignação ao afirmar que “o que mais assombra é o cinismo com que justifica a exclusão social e se tranquiliza a consciência argumentando que isso é da natureza das coisas e, por isso é inevitável”.

Mediante aos argumentos acima mencionados de causa e efeito das políticas neoliberais, discorrerem-se as ideias de Frigotto (2000, p.266) através dos questionamentos: “Existe alguma relação entre educação, trabalho e exclusão social?, Que consequências traz essa realidade para pensar a educação? É possível ainda pensar que há educabilidade nesses processos tão brutais?.

Diante do cenário excludente e desumano causado pelas políticas neoliberais, percebe-se a impossibilidade da construção de um projeto educativo que valorize a construção do sujeito na sua totalidade. A sensação que se tem é que não há possibilidade de mudanças. Frigotto

(2000) destaca que apesar de toda essa “barbárie” do sistema econômico, há sim a possibilidade de mudança evidenciada pelos movimentos sociais organizados, pois nesses movimentos “há sujeitos em construção, há educabilidade, há possibilidades de humanização (FRIGOTTO, 2000, p.266-267).

Nesse sentido é possível sair um pouco da utopia e acreditar que há possibilidades de mudanças, uma vez que esses movimentos sociais trazem na sua essência um projeto educativo vinculado à luta por uma vida digna, humanizada, respaldada na garantia dos direitos básicos e conseqüentemente na inclusão social. Percebe-se nesses movimentos a vivência do sentido amplo da educação, que vai para além do seu caráter sistemático e que traz as possibilidades de humanização e desumanização (FRIGOTTO, 2000).

Com essa visão ampla de educação respalda no plano ético, de recuperação da humanização, do direito de ser humano, a escola se torna espaço de recuperação da humanização. A partir do momento que a escola acolhe e tem em seu projeto educativo a função humanizada, ela está rejeitando qualquer possibilidade de exclusão social e cultural.

O resgate da função humanizada, frente às dimensões educativas atuais são necessárias e ao mesmo tempo desafiadoras. São necessárias à medida que a concretude do processo educativo se dá de forma revolucionária, do não contentamento à negação da dignidade humana, em que segundo Frigotto (2000, p.270) “busca apreender com o conjunto de processos que os excluídos e oprimidos reinventam para continuar humanos, manter seus valores e seus saberes, sua cultura e memória coletiva, sua identidade e dignidade”.

As dimensões educativas na perspectiva humanizada tornam-se desafiadoras diante do formato das políticas públicas educacionais neoliberais que estão atreladas ao mercado de trabalho, de forma pobre e restrita, que por sua vez orienta a escola a fugir do seu verdadeiro projeto educativo de construção de sujeitos sociais, humanos e participativos, restringindo-se a cumprimentos de programas e carga horária, recursos financeiros etc. Frigotto (2000, p.272) chama a atenção para a falta de foco da escola nesse contexto social excludente, evidenciando a urgência da mesma na recuperação do seu verdadeiro papel frente ao mundo globalizado ao afirmar “a melhor maneira de recolocar a escola no seu campo educativo é colocá-la na totalidade da dinâmica social, da exclusão e da inclusão, do trabalho e do sem trabalho”.

Destaca-se no pensamento do autor que a escola não é a única responsável pelas mudanças sócio, econômica e cultural, mas necessita que a mesma no seu cotidiano educativo seja mais aberta, atuante, repensando sua funcionalidade e resgatando sua educabilidade através de práticas humanizadas e transformadoras, que conceba a visão de homem, como ser histórico,

inacabado, que vão se construindo ao longo do processo. Parafraseando Paulo Freire (p.42) com relação à ação educativa que deve ser “um que fazer permanente. Permanente na razão da inconclusão dos homens e do dever da realidade”.

Esse olhar mais ampliando sobre o sistema econômico neoliberal, nos viabiliza compreender os modelos adotados de políticas públicas educacionais vigentes no Brasil de forma mais rigorosa, nos dando a capacidade de avaliar suas relevâncias, bem como, suas insignificâncias, atendendo apenas aos caprichos do capital.

O caráter transformador da educação brasileira perpassa pela formação de excelência dos profissionais que a faz, envolvendo-se em avaliações, discussões e decisões relevantes em todos os sentidos ligados a docência, dentre eles, elenca-se concursos públicos, espaços físicos, planejamento e pesquisa, formação permanente, salários, segurança, mobiliário, alimentação, identificação/fardamento, material didático pedagógico, descentralização de recursos públicos, universalização de todas as modalidades de ensino, transporte, dentre outros temas que precisam ser colocados na mesa de análise, discussão e encaminhamentos devidos.

Diante do sistema massacrador do nosso país, pode-se sim, enquanto educadores, não se esquivar do olhar criteriosa e da fala profícua. Essa verdade acompanhada de perto que reduz a maioria da população a um estado de exclusão em que, os ricos se multiplicam e os pobres se fragilizam o tempo todo no esquecimento de um regime neoliberal.

Referências

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BORON, Atilio. **Os ‘novos leviatãs’** e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina, em Sader, Emir & Gentili, Pablo (eds.) Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia? (Petrópolis: Vozes, 1999).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio Introdução, in: Ferreira, Márcia Ondina. V. & Gugliano, Alfredo Alejandro (eds.), **Fragments da globalização na educação: uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DEL PINO, M.A.B. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008, v. 1, p. 65-88.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

PINHEIRO, Cícera Cíntia Moraes; LIMA, Maria de Fátima Teixeira. Relações pertinentes entre as políticas educacionais brasileiras na atualidade e as políticas econômicas neoliberais. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Dezembro/2019, vol.13, n.48 SUPLEMENTO 1, p. 284-293. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 20/12/2019;

Aceito: 26/12/2019